

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

Título da consulta	Recolha de dados segura e ética sobre a inclusão da deficiência na programação da Violência Baseada no Género (VBG)
Autores	Katy Chadwick e Maria Vlahakis
Data	29 de novembro de 2023
Consulta	<ul style="list-style-type: none"> > Elaborar diretrizes sobre a recolha de dados segura e ética sobre a inclusão da deficiência na programação da VBG. > Incluir uma descrição geral dos desafios e riscos associados à recolha de dados. > Incluir estudos de caso que mostrem como isto foi feito corretamente na programação.
Requerente	<i>Disability Inclusion Team (Equipa de inclusão da deficiência) e Ending Violence Team (Equipa para acabar com a violência) do FCDO</i>

Índice

Índice	1
Introdução	2
Metodologia	2
Compreender o contexto social da deficiência e os diferentes riscos de violência	3
Passos para orientar a recolha de dados sobre a inclusão da deficiência na programação da VBG	5
Passo 1: Avaliar a necessidade e a segurança da recolha de dados, e compreender o contexto.....	5
Passo 2: Promover a liderança das mulheres com deficiência, consultar e colaborar com as OPD e as WRO.....	8
Passo 3: Decidir quais os dados a recolher e como os recolher.....	9
Passo 4: Investir na formação dos funcionários, consultores e enumeradores.....	13
Passo 5: Estabelecer vias de encaminhamento seguras e adequadas.....	14
Passo 6: Obter o consentimento e assentimento informado.....	15
Passo 7: Garantir privacidade e confidencialidade.....	15
Passo 8: Disponibilizar espaços e materiais adequados e acessíveis	16
Passo 9: Aplicar os dados à programação	17
Referências	18

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

Introdução

Na [Estratégia de Direitos e Inclusão da Deficiência o FCDO compromete-se com](#) uma maior visibilidade das pessoas com deficiência através de dados e provas abrangentes e de qualidade, bem como de programas que incluam plenamente as mulheres e as raparigas com deficiência.

É essencial dispor de dados fiáveis relacionados com as experiências vividas e os pontos de vista das pessoas com deficiência, tanto em termos de cumprimento dos direitos como de fornecimento das informações necessárias para as políticas e os programas, e para expor a escala da exclusão sistémica e da discriminação que as pessoas com deficiência enfrentam. Os dados desagregados por deficiência dos programas de VBG são importantes para compreender melhor os padrões diferenciados, a prevalência e os impactos da VBG em relação às mulheres e raparigas com deficiência que são predominantemente afetadas pela VBG; as barreiras e lacunas que podem enfrentar no acesso a serviços e apoio; como os programas de prevenção e resposta à violência podem incluir as suas necessidades e quais as estratégias de prevenção e resposta à violência com mais sucesso (e para quem). A recolha de dados pode também ajudar a identificar e gerir quaisquer riscos e reações adversas que possam ocorrer durante a programação.

No entanto, sem a devida atenção aos pormenores, e garantindo que os dados são recolhidos de forma segura e ética, existem riscos significativos na recolha de dados sobre a deficiência e a VBG que podem comprometer a segurança e estigmatizar ainda mais grupos já marginalizados, arriscar a retraumatização de pessoas que já sofreram violência e discriminação e gerar uma base de dados fraca que servirá de base para informar a política e a programação. Por conseguinte, a recolha de dados deve ser abordada com cautela, e só deve ser efetuada quando for possível cumprir um conjunto mínimo de normas éticas e quando os dados recolhidos tiverem um objetivo prático.

Esta nota de orientação sobre a recolha de dados segura e ética sobre a inclusão da deficiência na programação da VBG vem no seguimento de uma nota de orientação sobre a recolha segura e ética de dados sobre a deficiência. Acrescenta pormenores sobre as considerações adicionais para a recolha de dados sobre VBG, incluindo em contextos de emergência. Foi concebida para ser útil aos profissionais e, em particular, aos funcionários do FCDO e aos seus parceiros de implementação. Destaca 9 passos fundamentais para garantir uma recolha de dados segura e ética sobre a deficiência para a programação da VBG, e uma série de ferramentas, recursos e exemplos programáticos que podem ser utilizados para obter mais apoio.

Metodologia

Esta nota de orientação foi desenvolvida como um inquérito de investigação rápida através do Serviço de Apoio à Inclusão da Deficiência. Baseia-se em investigação documental e em duas entrevistas com profissionais da área da deficiência a nível global. Esta nota foi validada e testada para assegurar-se de que é relevante e útil para profissionais da área através de entrevistas com quatro Organizações de Direitos das Mulheres (WROs) e

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

Organizações de Pessoas com Deficiência (OPD) localizadas em Gana, Moçambique, Indonésia e Mali, dois profissionais que trabalham com organizações globais relacionadas a pessoas com deficiência, e uma consultoria com a Área de Responsabilidade de VBG (GBV AoR).

Investigação secundária: As fontes de dados secundários incluíram dados disponíveis ao público identificados através de pesquisas na Internet. Os seguintes critérios foram utilizados:

- > Foco: As publicações que se centram especificamente na recolha de dados sobre a inclusão da deficiência na programação humanitária da VBG são limitadas, pelo que a pesquisa foi alargada de modo a incluir publicações que se centrassem em pelo menos duas áreas: inclusão da deficiência, programação da VBG, recolha de dados segura e ética e programação humanitária.
- > Período de tempo: 2013 - Presente.
- > Língua: Inglês.
- > Estado da publicação: Material disponível ao público.
- > Foco geográfico: Global.

Existem também limitações à investigação. Primeiramente, a investigação secundária foi de carácter rápido. Segundamente, apesar de certas consultorias com OPDs e WROs serem incluídas, devido à natureza limitada do inquérito, não foi possível conduzir um processo de cocriação compreensivo. As melhores práticas no desenvolvimento de orientações programáticas implicariam mais consultas e cocriação com aqueles que estão na linha da frente do trabalho e da recolha de dados e informações sobre pessoas com deficiência.

Além disso, também foi necessário tomar algumas decisões sobre o que estava dentro e fora do escopo da nota de orientação. No processo de revisão, houve solicitações para fornecer orientações adicionais sobre consentimento informado e assentimento de crianças e jovens, como abordar a defesa de um melhor fornecimento de dados desagregados e inclusivos sobre deficiência, tanto em nível nacional quanto no sistema humanitário, e como abordar a análise e a integração de dados na programação. Embora cada um desses tópicos seja um acréscimo valioso e seja abordado nesta orientação, não foi possível fornecer orientações detalhadas sobre cada um deles no escopo desta nota, e todos eles podem ser considerados tópicos potenciais para orientações futuras.

Compreender o contexto social da deficiência e os diferentes riscos de violência

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD) define as pessoas com deficiência como aquelas que têm incapacidades físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais de longa duração, as quais, quando em interação com várias outras barreiras, podem impedir a sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com os outros. Isto pode, por exemplo, afetar o acesso e a utilização dos recursos por parte das pessoas com deficiência (incluindo os serviços destinados aos sobreviventes de violência) e restringir a sua capacidade de participar plenamente nas atividades da comunidade.

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

As pessoas com deficiência representam 16% da população mundial e 80% das pessoas com deficiência vivem em países de baixo e médio rendimento (PBMR) (OMS, 2023). Estima-se que 19% das mulheres em todo o mundo têm uma deficiência, em comparação com 12% dos homens, e que na maioria do mundo as mulheres constituem três quartos das pessoas com deficiência (*What Works*, 2017). Em cenários de conflito de longo prazo, é provável que a porcentagem total de pessoas com deficiência seja muito maior - por exemplo, na Síria, 25% das pessoas com mais de 12 anos de idade têm uma deficiência (Relief Web, 2021). Das cerca de 135 milhões de pessoas que necessitam de assistência humanitária a nível mundial, 20 milhões têm alguma deficiência¹.

As pessoas com deficiência, e especialmente as mulheres e as raparigas com deficiência, podem sofrer formas múltiplas e interseccionadas de discriminação, com base no seu género e estatuto de deficiência, bem como no resultado das suas outras identidades, incluindo etnia e raça, classe, religião, idade e orientação sexual, e estas interseções podem moldar o seu estatuto e poder nas relações, nos agregados familiares e nas comunidades (Comissão de Mulheres Refugiadas, 2016).

Existem provas consideráveis de que as mulheres e as raparigas com deficiência têm uma probabilidade significativamente maior de sofrer todas as formas de violência do que as mulheres sem deficiência e os homens com deficiência, sendo a violência praticada por um parceiro íntimo (VPI) a forma mais comum de violência que sofrem (Stern et al., 2020). As mulheres e raparigas com deficiência são também mais suscetíveis de sofrer consequências a longo prazo em resultado da violência, e o risco de sofrerem violência aumenta com a gravidade da deficiência.

As mulheres e as raparigas com deficiência correm também um maior risco de sofrerem formas de violência específicas da deficiência, o que pode incluir abuso emocional, recusa de cuidados ou medicação, negligência ou recusa de apoio. Uma vez que as mulheres e raparigas com deficiência podem depender de outras pessoas para obter apoio, é também mais provável que permaneçam em situações de abuso durante mais tempo e que tenham menos opções para procurar segurança. As mulheres e raparigas com deficiência que vivem em instituições, por exemplo, geralmente estão isoladas e dependem da equipe da instituição para seus cuidados diários, o que aumenta o risco de violência. Um relatório do Parlamento Europeu constatou que quase 80% das mulheres com deficiências sofreram violência e que, no caso das mulheres que vivem em instituições, essa violência foi mais frequentemente perpetrada por funcionários e cuidadores. A violência também pode exacerbar uma deficiência previamente existente ou originar uma nova deficiência. Este é especialmente o caso das condições de saúde mental, como a ansiedade, a depressão e a Perturbação de Stress Pós-Traumático (PSPT) (*What Works*, 2017).

As mulheres e raparigas com deficiência podem ter mais dificuldades em reconhecer, definir ou descrever o abuso, especialmente quando a informação sobre o abuso não é

1

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6883268/#:~:text=An%20estimated%20%20million%20of,rehabilitation%20services%20and%20assistive%20technology.&text=This%20figure%20excludes%20the%20unknown,people%20with%20conflict%2Dcaused%20impairment.>

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

fornecida em formatos acessíveis. Mesmo quando as mulheres e raparigas denunciam os abusos, é menos provável que acreditem nelas devido à discriminação e ao estigma (Entrevista, WROs e OPDs, 2023). Este é particularmente o caso das mulheres e raparigas com deficiência intelectual e/ou deficiência psicossocial e problemas de saúde mental.

Os riscos de formas de violência específicas da deficiência e de violência baseada no género também aumentam em tempos de stress e crise - por exemplo, as mulheres com deficiência enfrentaram violência em campos de refugiados onde foram forçadas a trocar sexo por rações alimentares (Entrevista, Perito Humanitário em Inclusão da Deficiência, 2023). Um documento da Comissão de Mulheres Refugiadas (WRC) (2016) sobre raparigas adolescentes com deficiência em situações de emergência documentou que uma estratégia negativa comum utilizada pelas famílias deslocadas de raparigas adolescentes com deficiência era trancá-las ou imobilizá-las.

A recolha de dados de qualidade e de provas sobre a inclusão da deficiência na programação da VBG contribui para o cumprimento das quatro normas de proteção na ação humanitária². No entanto, as pessoas com deficiência são frequentemente ignoradas nas avaliações das necessidades e raramente são consultadas na conceção dos programas humanitários. Este facto pode reduzir o seu acesso aos serviços e aumentar o risco de sofrerem violência (WRC, 2016). Uma revisão rápida da inclusão de pessoas com deficiência e idosos em intervenções humanitárias de VBG, realizada em 2019, constatou que dos 26 programas incluídos na revisão, 8 (30%) integraram avaliações sobre as necessidades de VBG de pessoas com deficiência e idosos. No entanto, havia poucas provas de que avaliações iniciais das necessidades influenciassem ou informassem uma maior inclusão de deficiências em programações ou nos Planos de Prioridades e Necessidades Humanitárias (Elrha e VOICE, 2019a; Entrevista, Perito Humanitário em Inclusão da Deficiência, 2023).

A recolha de dados de boa qualidade sobre a inclusão da deficiência ao longo do ciclo do programa e a utilização eficaz desses dados podem ajudar a definir mais ambições para a programação inclusiva. Isto inclui a recolha de dados sobre a VBG, a deficiência e outros fatores relacionados na fase inicial, a integração da monitorização e da aprendizagem sobre a VBG e a deficiência ao longo do ciclo de vida do programa, a elaboração de relatórios regulares sobre os principais indicadores de inclusão e a então adaptação da programação para que seja mais inclusiva e eficaz, baseado nestes dados. Esta nota de orientação define os principais passos para integrar a recolha de dados sobre deficiência no ciclo de vida dos programas de VBG.

Passos para orientar a recolha de dados sobre a inclusão da deficiência na programação da VBG

Passo 1: Avaliar a necessidade e a segurança da recolha de dados, e compreender o contexto

É importante recolher dados de qualidade para adaptar programas de VBG, reduzir riscos de

² As quatro normas humanitárias são **acesso significativo, segurança, dignidade, participação e responsabilidade**

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

deixar pessoas para trás, e para contribuir para a criação de uma base de dados mais abrangente sobre a programação da VBG que inclua a deficiência. No entanto, há também ocasiões em que os dados são recolhidos desnecessariamente, em que o tipo de dados recolhidos tem pouca aplicação prática ou nos quais, em contextos fragilizados e em crise, a recolha de dados primários sobre a prevalência da VBG (para além dos dados recolhidos sobre a resposta) apresenta grandes riscos associados e vantagens mínimas.

Também é importante compreender o contexto, as formas específicas como a deficiência é entendida nesse contexto e como isso pode afetar a capacidade de recolher dados representativos e abrangentes. Por exemplo, nalguns contextos, o entendimento da deficiência pode centrar-se nas incapacidades físicas, excluindo outras. Em certos contextos, o estigma pode significar que há relutância em revelar a deficiência. As pessoas com deficiência podem também ser escondidas pelas suas famílias, tornando mais difícil o acesso a elas (Entrevista, Profissionais, 2023).

Como parte do planeamento da recolha de dados, é importante considerar:

- > **por que razão** os dados estão a ser recolhidos e **de quem**
- > **como** os dados serão recolhidos de forma segura e ética
- > **para** que é que os dados vão ser utilizados e quais são os riscos
- > **quem** terá acesso aos dados e os utilizará, e **como** é que estes dados irão informar a programação futura.
- > **se** as mulheres e raparigas com deficiência nas comunidades compreendem a razão da recolha de dados e apoiam o processo
- > **como** o contexto específico pode afetar o âmbito e o tipo de dados que é possível recolher

Uma lacuna fundamental identificada é o facto de muitas pessoas com deficiência terem um acesso muito limitado a serviços adequados, especialmente em contextos de emergência (Entrevistas, OPDs, WROs, Peritos, 2023). Neste caso, a recolha de dados poderia ajudar a identificar quais os serviços mais necessários e quais as principais barreiras colocadas às pessoas com deficiência no acesso a esses serviços, e depois ajudar a informar ações específicas para tornar esses serviços inclusivos tendo em conta as necessidades das pessoas com deficiência.

Uma vez compreendido o «porquê», é importante investigar se os dados já existem e se a análise secundária dos conjuntos de dados existentes fornecerá as informações necessárias. As orientações do Comité Permanente Interagências (IASC) sublinham que podem já estar disponíveis dados fiáveis através de censos, bases de dados administrativas ou recolhidos por organizações não governamentais especializadas (ONG) ou OPD (IASC, 2019).

Se se determinar que os dados existentes não são suficientes e que a recolha de dados é útil para o programa, é necessário determinar se é seguro e ético recolher os dados. A recolha de dados sobre as experiências das pessoas em matéria de deficiência e em matéria de VBG são ambos temas sensíveis, que dependem frequentemente da partilha de informações pessoais sobre as suas vidas. Como tal, devem ser sempre abordados com cuidado e com referência a normas internacionais acordadas. Nalguns contextos, em que existe um estigma

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

acrescido em torno da deficiência e/ou da VBG, a recolha de dados pode acarretar riscos adicionais e ser entendida como uma ameaça (Entrevista, WRO, 2023). Por conseguinte, é essencial conceber qualquer processo de recolha de dados tendo cuidadosamente em conta o contexto específico e em estreita colaboração com os OPDs liderados por mulheres. Também é essencial garantir que as mulheres e raparigas com deficiência da comunidade sejam informadas sobre o processo, compreendam por que razão a recolha de dados está a ser feita e apoiem o processo. Se os dados que estão a ser recolhidos fizerem parte de um estudo de investigação mais amplo, é também necessário obter a aprovação do comité de ética local relevante. Os profissionais também salientaram que dispor de informações exactas e actualizadas é essencial para o seu trabalho de sensibilização e programação. Por conseguinte, é importante continuar a recolher dados e introduzir as protecções adequadas, em vez de não os recolher de todo (Entrevista, OPD, 2023)

Normas internacionais acordadas para a recolha de dados sobre VBG e sobre deficiência

A Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou dois guias completos de recomendações éticas e segurança para a recolha de dados sobre a violência contra as mulheres e a monitorização da violência sexual em situações de emergência, que são amplamente utilizados na investigação e recolha de dados sobre a VBG:

- > [Ethical and safety recommendations for intervention research on violence against women.](#)
- > [As normas interagências para a programação da violência com base no género em situações de emergência \(norma 14 sobre a recolha e utilização de dados dos sobreviventes\)](#) A Autoridade Nacional para a Deficiência na Irlanda publicou [diretrizes éticas para a investigação sobre pessoas com deficiência](#) e a Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres (LSHTM) resumiram os passos para a consideração ética na investigação sobre deficiência [neste artigo](#) e num [curso online sobre deficiência global: investigação e provas](#).

Num contexto de emergência, é também importante considerar em que fase da emergência a recolha de dados é segura e adequada. Em certas situações de emergência, é mais difícil recolher dados sobre as pessoas com deficiência e os dados anteriores à crise não são muitas vezes fiáveis. Além disso, recomenda-se que os dados sobre a prevalência da VBG não sejam recolhidos em contextos de crise, devido aos riscos adicionais que tal pode representar. No entanto, os intervenientes humanitários devem apresentar programas inclusivos, independentemente de poderem ser recolhidos novos dados ou de se poder confiar nos dados existentes (entrevista, perito humanitário em inclusão da deficiência, 2023).

É importante estar consciente dos possíveis riscos da recolha de dados, e o potencial de desafios relacionados com as percepções comunitárias da deficiência. Estes incluem o risco de traumatizar novamente as pessoas que já sofreram violência ou discriminação, criar

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

expectativas de assistência e apoio quando este não está facilmente disponível, colocar as pessoas em maior risco de violência ou de reações adversas por participarem (especialmente se a confidencialidade não tiver sido bem mantida) e os participantes sentirem fadiga relacionada com a avaliação (LSHTM, 2020; ONU Mulheres e SDDirect, 2020).

Passo 2: Promover a liderança das mulheres com deficiência, consultar e colaborar com as OPD e as WRO

As mulheres com deficiência terão uma capacidade única para identificar formas eficazes de prevenir e responder à violência contra mulheres e as raparigas com deficiência e identificar barreiras à programação inclusiva (*What Works*, 2017). É importante garantir que 'nada sobre nós sem nós' não seja uma frase vazia (Entrevista, OPD, 2023). As mulheres com deficiência estão em melhor posição para identificar exatamente aquilo de que necessitam, especialmente tendo em conta a natureza específica de cada deficiência (Entrevista, OPD, 2023). Estarão também numa posição privilegiada para criar um ambiente seguro e confortável para falar com outras mulheres e raparigas com deficiência sobre as suas próprias experiências. Um grupo que tem vindo a implementar a monitorização comunitária Sphere descobriu que as mulheres e as raparigas com deficiência se sentiam mais à vontade para partilhar as suas experiências quando eram elas a recolher os dados (Entrevista, OPD, 2023). É importante pensar na diversidade das equipas de investigação e de recolha de dados e trabalhar com pessoas com deficiência, especialmente mulheres, como membros e chefes de equipa e, sempre que possível, envolver pessoas com deficiência como coinvestigadores (utilizando metodologias lideradas por pares).

Coletivamente, as OPD e as WRO terão também informações completas sobre o contexto e as realidades locais, conhecimentos especializados sobre os serviços de resposta à VBG e estratégias de prevenção eficazes, bem como sobre as necessidades das pessoas com deficiência. A reunião destes grupos de especialistas para planear uma recolha de dados segura e ética oferece uma oportunidade para reunir conhecimentos especializados sobre o planeamento de uma recolha de dados que seja inclusiva, segura e não estigmatizante. Isto pode incluir o trabalho conjunto em questões como o tipo de perguntas adequadas, onde é mais seguro e acessível realizar entrevistas e discussões em grupos de discussão, que tipo de linguagem e terminologia é mais adequada e não estigmatizante tanto para os sobreviventes de violência como para as pessoas com deficiência, e qual a melhor forma de utilizar e aplicar os dados à programação depois de terem sido recolhidos.

É importante que as WRO e as OPD sejam envolvidas no processo desde o início, com tempo suficiente para rever as ferramentas e fazer as alterações necessárias para a acessibilidade (como editar inquéritos, fornecer traduções adequadas, etc.). Nas entrevistas de validação, os profissionais sublinharam que, muitas vezes, são envolvidos demasiado tarde, quando não é possível efetuar as alterações necessárias (Entrevista, OPD e WRO, 2023). As mulheres com deficiência, as OPD, as WRO e os grupos liderados por mulheres devem ser sempre compensados de forma justa pelo seu tempo e reconhecidos como parceiros e contribuintes iguais na programação e recolha de dados.

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

Colaboração e liderança na prática

No Ruanda, a equipa do programa *Indashyikirwa* trabalhou com o Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência para desenvolver materiais de comunicação inclusivos que ilustrassem as interseções entre género, deficiência e violência. Estes materiais foram utilizados para orientar o ativismo comunitário facilitado, sensibilizar para os direitos das pessoas com deficiência e desafiar o estigma e a discriminação relacionados com a deficiência (Stern et al., 2019). No Líbano, na sequência de formações para agências de violência contra as mulheres e as raparigas (VCMR), as agências contactaram as OPD locais para obter informações sobre raparigas com deficiência e orientações sobre como desenvolver estratégias para as alcançar (Elrha e VOICE, 2019a).

Passo 3: Decidir quais os dados a recolher e como os recolher

As diretrizes do IASC (2019) referem que uma programação humanitária de qualidade deve basear-se na compreensão das necessidades e prioridades das pessoas com deficiência durante uma crise. As diretrizes sublinham que esta compreensão é desenvolvida através da identificação da população de pessoas com deficiência;

1. Analisar os riscos que as pessoas com deficiência enfrentam (incluindo os riscos de VBG) e os fatores que contribuem para esses riscos, bem como o impacto sobre os indivíduos.
2. Identificar as barreiras que impedem as pessoas com deficiência de aceder e utilizar a assistência humanitária, incluindo os serviços de VBG, e as adaptações necessárias; e
3. Compreender o papel e as capacidades das pessoas com deficiência na resposta humanitária.

Os projetos que têm vindo a recolher dados sobre a deficiência nos programas de VBG combinam frequentemente dados quantitativos e qualitativos. Um documento de aprendizagem recente sobre a programação de VBG inclusiva para pessoas com deficiência concluiu que **é importante desagregar os dados de VBG por género, idade e deficiência** (incluindo por tipo e gravidade da deficiência), o que pode ajudar a mostrar os impactos diferenciais das atividades do programa em diversas mulheres e raparigas com deficiência ao longo do ciclo de vida do programa (*End Violence against Women and Children Helpdesk*, 2022). Devem ser incluídas outras características que sejam relevantes no contexto.

Podem ser utilizados **dados quantitativos** para identificar o número de pessoas com deficiência numa população afetada, para avaliar a proporção de serviços acessíveis, dar prioridade às necessidades e aos riscos e compreender como estas necessidades e riscos variam consoante a demografia. Pode também utilizar-se para avaliar se a mudança está a ocorrer e a escala dessa mesma mudança. (IASC, 2019; ONU Mulheres e SDDirect, 2020). Os dados quantitativos sobre o nível de serviço são uma lacuna e uma necessidade específica (entrevista, perito humanitário em inclusão da deficiência, 2023)

O Washington Group Short Set on Functioning (Grupo de Washington: breve resumo sobre o

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

funcionamento) (WG-SS) é um dos instrumentos quantitativos mais utilizados para recolher dados sobre a inclusão da deficiência. A sua utilização é também promovida na Estratégia de Direitos e Inclusão da Deficiência do FCDO. O WG-SS inclui seis perguntas e quatro categorias de resposta de severidade. Centram-se nos domínios funcionais essenciais da visão, audição, marcha, cognição, cuidados pessoais e comunicação. Demoram cerca de dois minutos a administrar e foram concebidas de forma a poderem ser adicionadas a uma série de ferramentas, como questionários de recenseamento ou de utilizadores de serviços, e os resultados podem ser desagregados e analisados em conjunto com outros dados demográficos e do agregado familiar (Washington Group, 2018). O conjunto curto melhorado inclui perguntas relacionadas com o funcionamento psicológico.

Houve uma mudança importante na recolha de dados durante a fase de avaliação das necessidades, com a utilização muito mais generalizada do WG-SS, mas é necessária mais preparação e formação para garantir a sua boa utilização (Entrevista, Perito Humanitário em Inclusão da Deficiência, 2023). A ficha informativa da Humanity and Inclusion sobre o que fazer e o que não fazer ao utilizar as Perguntas do Grupo de Washington salienta a necessidade de fazer perguntas com respeito, de não mencionar diretamente a palavra deficiência e a importância de garantir que as traduções foram feitas com antecedência e não são fornecidas «à pressa» (*Humanity and Inclusion*, 2018).

Ao recolher dados sobre crianças e jovens com menos de 18 anos, o modelo de funcionamento da criança, baseado no WGSS, é um dos instrumentos mais utilizados. No entanto, não está disponível uma versão mais curta desta ferramenta, o que torna bastante difícil a sua incorporação na recolha de dados, especialmente em contextos humanitários (Entrevista, Perito Humanitário em Inclusão da Deficiência, 2023).

A programação inclusiva da deficiência em matéria de violência baseada no género requer dados sobre a inclusão da deficiência juntamente com dados sobre a violência baseada no género. Existem várias medidas quantitativas normalizadas disponíveis para avaliar as experiências de VBG e atitudes relacionadas. Os inquéritos quantitativos adaptam frequentemente itens do estudo multipaís da Organização Mundial da Saúde sobre a saúde das mulheres e a violência doméstica contra as mulheres, e o quadro RESPECT também fornece orientações sobre o desenvolvimento de estratégias de monitorização e avaliação para a VCMR, incluindo indicadores sugeridos para cada uma das sete estratégias RESPECT.³ Considera-se boa prática incluir perguntas-padrão destes inquéritos sobre: dados demográficos pessoais (incluindo sexo, idade, estatuto de deficiência); dados socioeconómicos do agregado familiar, incluindo composição, rendimento, bens, etc.; atitudes em relação à igualdade entre homens e mulheres e tipos específicos de violência contra as mulheres (VCM); experiência de várias formas específicas de VCM e comportamentos de procura de ajuda e acesso a serviços (para as mulheres). O exemplo 3 na caixa "recolha de dados na prática", abaixo, destaca a forma como a

³ O quadro «RESPECT women; preventing violence against women» foi desenvolvido pela OMS e pela ONU Mulheres e descreve sete estratégias de intervenção inter-relacionadas para prevenir a VCM - são elas: 1, reforço das capacidades de relacionamento 2, capacitação das mulheres 3, serviços assegurados 4, redução da pobreza 5, ambientes seguros 6, prevenção do abuso de crianças e adolescentes 7, transformação de atitudes, crenças e normas.

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

VPI, a deficiência e as medidas de saúde mental foram todas incluídas no processo de recolha de dados.

Podem ser utilizados **dados qualitativos** para recolher os pontos de vista e as prioridades das pessoas com deficiência, para compreender melhor os riscos, as barreiras e os fatores de capacitação, compreender como e porquê as mudanças ocorrem ao longo do tempo e monitorizar quaisquer consequências não intencionais da programação. (IASC, 2019; ONU Mulheres e SDDirect, 2020). Os dados qualitativos também podem ser particularmente úteis para envolver as mulheres e raparigas com deficiência na recolha de dados para informar uma melhor prestação de serviços e para o desenvolvimento de políticas inclusivas para a deficiência em matéria de VBG (Entrevista, OPD, 2023). Existem vários exemplos de utilização de métodos qualitativos para apoiar uma recolha de dados mais inclusiva, e as abordagens utilizadas podem incluir entrevistas, grupos de discussão, mapeamento da comunidade, a utilização de vinhetas, investigação entre pares e outras abordagens criativas, como a fotografia ou abordagens narrativas. Alguns profissionais também salientaram a importância de passar algum tempo na comunidade e a observação da comunidade como uma importante abordagem de recolha de dados qualitativos (Entrevista de validação, WRO, 2023). Os exemplos um e dois da caixa 'recolha de dados na prática' destacam as formas como as abordagens narrativas, a fotografia e as vinhetas foram utilizadas para melhor captar os pontos de vista e as experiências das pessoas com deficiência.

Recolha de dados na prática - recolha de dados quantitativos e qualitativos para compreender a interseção entre género, deficiência e violência

Exemplo 1: Abordagens participativas Os investigadores do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, em colaboração com ONGs e OPDs, utilizaram uma abordagem narrativa para documentar as experiências das pessoas com deficiência durante a pandemia de COVID-19. Os participantes foram entrevistados com dois meses de intervalo sobre as suas experiências com a pandemia e para partilharem as suas recomendações para ações futuras durante as crises (Wickenden et al., 2021). Num projeto de investigação entre pares na Jordânia, que trabalhava com jovens com deficiência, os participantes identificaram os principais desafios das suas vidas e propuseram soluções, tendo sido depois convidados a utilizar uma série de fotografias para as captar (Banioweda, 2019).

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

Exemplo 2: O programa «Safe at home» (Segurança em Casa) é um modelo de programa de violência familiar destinado a prevenir e responder à violência contra mulheres e crianças em casa num contexto humanitário. Os dados de base recolhidos para o programa incluíram medidas qualitativas e quantitativas que analisaram a interseção do género, da deficiência e das experiências de violência. Os inquéritos de dados quantitativos recolhidos incluíam seis itens do WG-SS para avaliar o estado de incapacidade e as experiências de VPI no mês anterior foram avaliadas utilizando perguntas adaptadas do estudo multipaíses da OMS sobre VCM. Em seguida, foram recolhidos dados qualitativos através de entrevistas semiestruturadas e da utilização de vinhetas que mostravam uma família hipotética para gerar crenças sobre as normas comunitárias relacionadas com a violência familiar e a deficiência. Numa vinheta, a família é mostrada a viver com a irmã mais velha do marido, que tem uma deficiência física, e três filhos, um dos quais também tem uma deficiência física, e foram feitas perguntas para avaliar as perceções da deficiência ao longo da vida. O estudo forneceu informações sobre os fatores e as frequências da violência contra as mulheres e a sua relação com a deficiência e as identidades de idade mais avançada, e as mulheres com deficiência relataram níveis mais elevados de VPI em comparação com as mulheres sem deficiência

É importante saber como adaptar corretamente o método qualitativo para apoiar o acesso inclusivo aos diferentes perfis de comunicação dos participantes, e não apenas o método utilizado (Kenny, N., Doyle, A., & Horgan, F. 2023). O Kit de Ferramentas sobre VBG e Deficiência (resumido na caixa abaixo) contém uma série de ferramentas qualitativas e considerações para a sua utilização inclusiva, que podem ser utilizadas para recolher dados inclusivos sobre VBG e deficiência.

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

‘Building Capacity for Disability Inclusion in Gender-Based Violence Programming in Humanitarian Settings: A Toolkit for GBV Practitioners’ (Ending Violence against women and children helpdesk, 2022)

O [Kit de Ferramentas sobre VBG e Deficiência](#) foi desenvolvido pela Comissão de Mulheres Refugiadas e pelo Comité Internacional de Resgate. É o resultado de um projeto de dois anos intitulado «*Building Capacity for Disability Inclusion in GBV Programming in Humanitarian Settings*» (Reforçar as capacidades para a inclusão da deficiência na programação da VBG em contextos humanitários) realizado em contextos humanitários na Etiópia, no Burundi, na Jordânia e no Norte do Cáucaso na Federação Russa.

Este kit de ferramentas foi criado com o contributo e a participação de pessoas com deficiência e profissionais de VBG para apoiar a equipa de VBG a incluir a deficiência no seu trabalho e reforçar a capacidade dos profissionais de VBG para utilizarem uma abordagem centrada no sobrevivente ao prestarem serviços a sobreviventes com deficiência. As ferramentas foram concebidas para complementar as diretrizes, protocolos e ferramentas existentes para a prevenção e resposta à VBG. O kit de ferramentas inclui uma série de ferramentas práticas que podem ser utilizadas para recolher dados qualitativos sobre a inclusão da deficiência na programação da VBG. Estas incluem um guia de discussão em grupo, uma ferramenta de entrevista individual, uma ferramenta de reflexão para profissionais de VBG e um guia para documentar histórias de mudança.

Passo 4: Investir na formação dos funcionários, consultores e enumeradores

Os funcionários e outras pessoas envolvidos no projeto podem ter pouca experiência em programas de inclusão da deficiência, e/ou em programas de VBG. Isto pode limitar o envolvimento inclusivo (por exemplo, o nervosismo de errar pode impedi-los de incluir pessoas com deficiência nas discussões) ou causar danos não intencionais durante o processo de recolha de dados (por exemplo, fazendo perguntas intrusivas, estigmatizantes ou embaraçosas) (Entrevista, OPD, 2023). É importante investir na preparação e na formação da equipa, bem como na utilização de perguntas baseadas em valores durante a prática de contratação, e prever tempo suficiente para tal no calendário do projeto. Esta formação pode incluir a utilização da linguagem, as necessidades de acessibilidade, as estratégias de comunicação, a compreensão das definições de deficiência, o combate aos preconceitos e estereótipos, a compreensão das causas profundas da VBG e da violência relacionada com a deficiência e a realização de encaminhamentos adequados. Poderá também incluir a utilização correta de ferramentas específicas, como o WG-SS. É também importante (como referido no passo 2) envolver as pessoas com deficiência tanto na recolha como na análise dos dados sobre a deficiência.

Há também considerações importantes a ter em conta na preparação dos intérpretes – por exemplo, nem todas as palavras terão um sinal correspondente nas línguas gestuais locais, e os significados podem perder-se. Os intérpretes e enumeradores necessitam de formação sobre a utilização de linguagem não estigmatizante e de acesso a bibliotecas de palavras (Entrevista, OPD, 2023). Isto tem de ser preparado com antecedência.

Existem vários recursos disponíveis que podem apoiar o desenvolvimento de formação

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

abrangente para as equipas - por exemplo, o [Currículo misto de VBG](#) desenvolvido pelo Comité Internacional de Resgate (IRC) fornece orientações sobre como trabalhar com sobreviventes de VBG com deficiência, [o conjunto de ferramentas do WRC-IRC sobre VBG e deficiência](#) tem um módulo de formação sobre VBG e deficiência, e existe um [curso online desenvolvido pela LSHTM sobre deficiência global](#).

Os recursos de formação sobre a utilização do WG-SS estão disponíveis através do programa de ação humanitária da *Humanity and Inclusion* [dados sobre a deficiência no programa de ação humanitária](#).

Passo 5: Estabelecer vias de encaminhamento seguras e adequadas

A recolha de dados sobre VBG, deficiência e outros tópicos relacionados pode levar à divulgação e aumentar as expectativas de apoio quando os serviços disponíveis são limitados. Antes de se proceder à recolha de dados, é essencial desenvolver um plano de encaminhamento que inclua a deficiência (ou seja, mapear os serviços para identificar vias de encaminhamento que sejam acessíveis e inclusivas para as pessoas com deficiência) e formas de responder ao aumento da procura de apoio. É igualmente importante fornecer orientações claras sobre as obrigações legais (por exemplo, quaisquer requisitos de comunicação obrigatória em contextos específicos).

Um estudo realizado nas Filipinas, que analisou a forma como as vias de encaminhamento poderiam ser mais inclusivas para as mulheres com deficiência, demonstrou que os serviços têm de ser fisicamente acessíveis, mas também de abordar outras barreiras como o estigma (W-DARE, 2018). Isto inclui aumentar a sensibilização para o serviço, descobrir se as mulheres podem sair de casa para frequentar o serviço, disponibilizar transporte acessível e sensibilizar os funcionários do serviço (incluindo os guardas) para as necessidades e direitos das mulheres com deficiência, bem como disponibilizar materiais de comunicação e informação acessíveis (*Ending Violence Against Women and Children Helpdesk*, 2022).

Antes de recolher dados sobre a inclusão da deficiência nos programas de VBG, adaptar os Procedimentos Operacionais Normalizados (PON) existentes em matéria de VBG para reforçar a gestão de casos e as vias de encaminhamento para pessoas com deficiência (gestão de casos e encaminhamento inclusivos para pessoas com deficiência) e garantir que todas as pessoas envolvidas na recolha de dados têm acesso às vias de encaminhamento e receberam formação sobre como encaminhar as pessoas para os serviços de que necessitam. É importante identificar sistemas de apoio de confiança para pessoas com deficiência na comunidade, uma vez que as pessoas com deficiência podem não ter os mesmos serviços de apoio ou relações de confiança numa comunidade que as pessoas sem deficiência (SDDirect, 2022). Também é importante garantir que qualquer informação fornecida sobre os serviços disponíveis localmente esteja acessível a pessoas com uma série de deficiências. O FNUAP elaborou [diretrizes globais](#) sobre a prestação de serviços inclusivos e acessíveis relacionados com a violência baseada no género e com a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e dos jovens com deficiência.

No Malawi, o programa *Tithetse Nkhanza!* criou cartazes para apresentar visualmente as vias de

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

encaminhamento, a fim de disponibilizar informações sobre os serviços a públicos com baixo nível de literacia, e incluiu imagens de sobreviventes com deficiência (Bangura e Bishop, 2021). No Líbano, a UNICEF e o WRC desenvolveram diretrizes complementares sobre identificação e encaminhamento seguros, incluindo uma «Lista do que fazer e do que não fazer» em conformidade com os PON, um fluxograma de consentimento informado com sinais de quando experimentar diferentes métodos de comunicação e envolver supervisores, e dicas sobre quando encaminhar para prestadores de serviços para pessoas com deficiência (Elrha e VOICE, 2019a).

Passo 6: Obter o consentimento e assentimento informado

É sempre essencial obter o consentimento informado dos participantes dos quais se está a recolher dados. Este passo é particularmente crucial para as mulheres com deficiência, que podem ter experiências anteriores de não serem ouvidas e de as suas opiniões não serem consideradas (Entrevista, OPD, 2023). Um processo de termo de consentimento livre e esclarecido tem três etapas principais:

1. Fornecer todas as informações e opções ao participante de uma forma acessível e compreensível para ele
2. Determinar se o utilizador consegue compreender a informação e as implicações da sua participação
3. Garantir que as suas decisões de participação são totalmente voluntárias e não são coagidas.

Determinar a capacidade de consentimento das pessoas com deficiência pode ser mais complexo, mas é importante não fazer suposições sobre a capacidade de consentimento de uma pessoa. Falar diretamente com a pessoa com deficiência, mesmo que esteja presente um prestador de cuidados, um tradutor ou outro terceiro. É igualmente importante garantir que o consentimento é verificado antes, durante e após a recolha de dados, uma vez que o consentimento é um processo em evolução e pode variar em diferentes fases. Os responsáveis pela recolha de dados devem fornecer informações claras e acessíveis desde o início, formulários de consentimento em formatos acessíveis, sublinhar que a participação é totalmente voluntária, que os participantes podem optar por não participar em qualquer altura do processo (e/ou pedir para saltar perguntas) e que a participação não terá qualquer impacto nos serviços que lhes são disponibilizados. Todas as informações devem ser comunicadas à pessoa de uma forma que ela compreenda.

Uma [ficha de dicas](#) do Safeguarding Resource and Support Hub (RSH) fornece informações sobre a diferenciação entre consentimento e assentimento, com especial destaque para a condução de crianças e jovens através do processo de assentimento. O WRC-IRC [sobre VBG e deficiência](#) (referido no passo 4), também inclui ferramentas para obter o consentimento informado, para trabalhar com os cuidadores e para identificar as competências e capacidades das pessoas com deficiência.

Passo 7: Garantir privacidade e confidencialidade

É importante que a privacidade e a confidencialidade dos participantes sejam bem respeitadas e mantidas durante a recolha de dados, e isto é particularmente importante

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

quando os dados estão a ser recolhidos sobre tópicos sensíveis como a VBG. Nas entrevistas individuais e nos inquéritos com um enumerador, as pessoas que participam devem ter privacidade e poder estar num local onde não possam ser facilmente ouvidas ou vistas a utilizar a linguagem gestual. Nalguns casos, os participantes com deficiência podem ser acompanhados à entrevista por uma pessoa de apoio ou um intérprete (muitas vezes um familiar) e, nestes casos, é importante considerar que informação é apropriada para perguntar em frente de um familiar e ter em conta o risco de as pessoas que prestam cuidados/acompanham poderem ser elas próprias agressores. Poderá ser útil dar ao participante a opção de utilizar um intérprete externo (Entrevista, Perito Humanitário em Inclusão da Deficiência, 2023). Nos grupos de discussão, também é importante considerar que perguntas são apropriadas num ambiente de grupo, especialmente quando os participantes se conhecem.

É também essencial consultar as diretrizes sobre a gestão segura e ética dos dados (por exemplo, armazenar os dados de forma segura) e considerar a forma de proteger o anonimato dos participantes ao escrever sobre os resultados, certificando-se de que o número de características de identificação citadas nos exemplos (por exemplo, referência a comunidades específicas, deficiências específicas, idade dos participantes, orientação sexual, etc.) não pode levar à identificação de indivíduos.

Passo 8: Disponibilizar espaços e materiais adequados e acessíveis

É importante planear as adaptações para um leque diversificado de pessoas com deficiência. Isto inclui pessoas com uma série de deficiências diferentes e outras características de identidade. Considerar se existem barreiras adicionais para as mulheres que podem sofrer de pobreza de tempo devido a uma «dupla jornada» de trabalho remunerado e responsabilidades de cuidados. É igualmente importante consultar as pessoas com deficiência sobre as adaptações que ajudariam a apoiar a sua participação. Isto pode incluir (LSHTM, 2020; *Humanity and Inclusion*, 2018):

- > Garantir a acessibilidade do local e verificar se existem rampas para pessoas com deficiências físicas,
- > Disponibilizar transporte acessível para o local do evento,
- > Considerar as visitas ao domicílio, sempre que sejam seguras e confidenciais,
- > Dar mais tempo aos participantes nas entrevistas,
- > Fornecer materiais de informação e comunicação em formatos acessíveis - isto pode incluir um fornecimento em braille ou em letras grandes, interpretação em língua gestual ou perguntas escritas e fornecidas antecipadamente.

A recolha de dados deve ser feita com cuidado, de modo a garantir que a linguagem e os processos sejam respeitosos (e que estes estejam claramente definidos como parte do processo de formação). Isto inclui a utilização de uma linguagem que coloque a pessoa em primeiro lugar e não seja estigmatizante, bem como a contextualização da linguagem, consultando os OPD e/ou as pessoas com deficiência sobre a linguagem utilizada e preferível a nível local. As perguntas feitas às pessoas durante as entrevistas e os grupos de discussão devem respeitar as experiências vividas pelos participantes e ter sido cuidadosamente pensadas para evitar o risco de desencadear traumas passados.

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

Passo 9: Aplicar os dados à programação

Os dados recolhidos durante a monitorização e a avaliação devem ser sempre utilizados e aplicados em todas as fases do ciclo de programação. Depois de os dados terem sido analisados, é importante partilhar os resultados com os participantes em formatos acessíveis e pedir feedback e validação dos resultados. As pessoas envolvidas na recolha de dados devem reunir os parceiros do programa em intervalos regulares ao longo do ciclo do programa para discutir os resultados da monitorização e as ideias para adaptar a programação de modo a que seja mais eficaz e inclusiva, bem como para defender a integração de práticas de recolha de dados inclusivas.

Fase do programa	Sugestões para a aplicação dos dados
Fase de delimitação do escopo/design	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Proporcionar oportunidades de utilizar os dados recolhidos para informar o design intencional de uma programação mais inclusiva ✓ Testar e validar os resultados com parceiros e membros da comunidade antes do início da implementação
Implementação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fornecer actualizações regulares aos membros da comunidade, aos participantes no programa e aos parceiros do programa e validar os resultados dos dados com eles ✓ Assegurar ciclos de feedback facilmente acessíveis ✓ Reunir os parceiros para utilizar os dados para adaptar a programação em intervalos regulares
Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Integrar práticas inclusivas de recolha de dados nos instrumentos de monitoramento do programa, nos quadros lógicos e nos quadros de resultados ✓ Atualizar as ferramentas do programa quando forem identificadas lacunas na recolha de dados ✓ Utilizar os dados de forma eficaz para garantir que a programação é mais inclusiva e eficaz
Encerramento	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Partilhar os resultados com os participantes em formatos acessíveis ✓ Utilizar os dados recolhidos para informar o trabalho de advocacia e política

Destaque para a prática: Inclusão de mulheres e raparigas com deficiência nos serviços de violência baseada no género no assentamento de refugiados de Bidi Bidi (Elrha e VOICE, 2019b)

Visão geral: A União Nacional de Mulheres com Deficiência no Uganda (NUWODU) implementou um projeto que se centrou no monitoramento das necessidades e capacidades de proteção das mulheres e raparigas com deficiência, reforçando o seu acesso aos serviços, promovendo a sua participação em iniciativas do programa e pilotando as Directrizes do IASC para a Deficiência.

Parceiros: A NUWODU formou uma coligação com a União Nacional das Pessoas com Deficiência do Uganda (NUDIPU) e a Restoration and Hope for Refugees (REHORE).

Como foi feito:

- Formação ministrada a todos os membros do pessoal da coligação sobre VBG e deficiência, incluindo a utilização de linguagem baseada nos direitos quando se referem a pessoas com deficiência e sobreviventes de violência.
- Reuniões consultivas com mulheres e raparigas refugiadas portadoras de deficiência no assentamento de refugiados de Bidi Bidi para identificar os riscos de VBG, os obstáculos ao acesso aos serviços de VBG e as estratégias sugeridas para tornar as actividades de prevenção e resposta à VBG mais acessíveis a essas pessoas.
- Reunião consultiva com os prestadores de serviços de VBG que operam na colónia para identificar as suas preocupações e necessidades de desenvolvimento de capacidades para alcançar e apoiar os sobreviventes com deficiência.
- Com base nestas reuniões, a equipa defendeu adaptações aos processos de recolha de dados na colónia, de modo a que a informação pudesse ser desagregada e analisada de acordo com a idade, o género e a deficiência no futuro.
- As mulheres e raparigas com deficiência foram envolvidas no monitoramento e avaliação e recolheram "Histórias de Mudança"
- O WGWD também participou e facilitou fóruns para a troca de informações, aprendizagem e coordenação, incluindo o "Grupo de Trabalho para Pessoas com Necessidades Específicas" e a reunião dos intervenientes na VBG do fórum do Ministério do Género, Trabalho e Desenvolvimento Social.

Referências

Banioweda, K. (2019) [*Conducting research with adolescents with disabilities: a perspective from the field*](#), Gender and Adolescence: Global Evidence.

Barth, C.A. (2019) *Meeting the needs of people with physical disabilities in crisis settings*. Bull World Health Organ. 2019 Dec 1;97(12):790-790A. doi: 10.2471/BLT.19.246918. PMID:

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

31819282; PMCID: PMC6883268.

Elrha e VOICE (2019a) [Rapid Review of the inclusion of People with Disabilities and Older People in Gender-Based Violence \(GBV\) Humanitarian Interventions](#), Elrha.

Elrha e VOICE (2019b) [Promising Practice Case Study 2: Inclusion of Women and Girls with Disabilities in Gender-Based Violence services in Bidi Bidi Refugee Settlement](#), Uganda, Elrha.

Ending Violence Against Women e Children Helpdesk (2022), *Learning paper on disability inclusive VAWG programming*, Ending Violence Against Women e Children Helpdesk.

Hossain, M., Pearson, R., McAlpine, A., Bacchus, L., Muuo, S., Muthuri, S., Spangaro, J., Kuper, H., Franchi, G., Cordero, R., Cornish-Spencer, S., Hess, T., Bangha, M. and Izugbara, C. (2020) [Disability, violence, and mental health among Somali refugee women in a humanitarian setting](#), *Global Mental Health*, 7:30.

Humanity and Inclusion (2018) [How to ask the Washington Group Questions](#), *Humanity and Inclusion*.

Comité Permanente Interagências (IASC) (2019) [Inclusion of persons with disabilities in humanitarian action](#), IASC.

Comité Internacional de Resgate (CIR) (n.d) [GBV Blended Curriculum](#), CIR.

Jewkes, R. (2017) [What Works Evidence Review: Social norms and violence against women and girls](#), *What Works to Prevent Violence*.

Kenny, N., Doyle, A., & Horgan, F. (2023). *Transformative Inclusion: Differentiating Qualitative Research Methods to Support Participation for Individuals With Complex Communication or Cognitive Profiles*. *International Journal of Qualitative Methods*, 22.

<https://doi.org/10.1177/16094069221146992>

Leonard Cheshire e Humanity and Inclusion (2018) [Disability data collection: a summary review of the use of the Washington group questions by humanitarian and development actors](#), Leonard Cheshire e Humanity and Inclusion.

Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres (London School of Hygiene and Tropical Medicine, LSHTM) (2020) [Ethical Considerations in Disability Research and Safeguarding](#), *Future Learn*.

Pearce, E., Paik, K., and Robles, OJ. (2016) [Adolescent Girls with Disabilities in Humanitarian Settings “I Am Not ‘Worthless’—I Am a Girl with a Lot to Share and Offer](#), *Girlhood Studies*, 9:1.

Relief Web (2021) [Fact sheet: Conflict and persons with disabilities](#)

Scolese, A., Asghar, K., Cordero, R., Roth, D., Gupta, J. & Falb, K. (2020) [Disability status and violence against women in the home in North Kivu, Democratic Republic of Congo](#), *Global Public Health*, 15:7, 985-998.

Social Development Direct (2022) *Safeguarding Briefing Note 4: Disability-Inclusive Safeguarding*, SDDirect

Stern, E., Van Der Heijden, I. and K. Dunkle (2020) [How people with disabilities experience programs to prevent intimate partner violence across four countries](#), *Evaluation and Program*

Relatório do serviço de apoio para a inclusão da deficiência

Planning, 79.

Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) (2018), [*Women and young people with disabilities: Guidelines for Providing Rights-Based and Gender-Responsive Services to Address Gender-Based Violence and Sexual and Reproductive Health and Rights*](#), FNUAP.

UN Women and Social Development Direct (SDDirect) (2020) [*RESPECT Framework Monitoring and Evaluation \(M&E\) Guidance*](#), ONU Mulheres.

Women with Disability taking Action on Reproductive and sexual health (W-DARE), (2018) [*Policy brief: developing disability inclusive responses to violence against women*](#), W-DARE.

Wickenden, M., Thompson, S., Rohwerder, B. and Shaw, J. (2021) [*Policy Briefing: Taking a Disability-inclusive Approach to Pandemic Responses*](#), Institute of Development Studies.

Comissão de Mulheres Refugiadas (WRC) e Comité Internacional de Resgate (IRC) (2015), [*Building Capacity for Disability Inclusion in Gender-Based Violence Programming in Humanitarian Settings: A Toolkit for GBV Practitioners*](#), Comissão de Mulheres Refugiadas.

Organização Mundial de Saúde (OMS) (2023) [*Disability and Health Fact Sheet*](#), OMS.

Relatórios do serviço de assistência: O *Disability Inclusion Helpdesk* (Serviço de Apoio à Inclusão da Deficiência) é financiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Commonwealth e do Desenvolvimento (FCDO, *Foreign, Commonwealth and Development Office*) do Reino Unido, contratado através da *Disability Inclusion Team* (Equipa de inclusão da deficiência, DIT) no âmbito do programa *Disability Inclusive Development* (Desenvolvimento inclusivo das pessoas com deficiência) da iniciativa *Inclusive Futures*. Os relatórios dos serviços de assistência baseiam-se em 3 a 4,5 dias de investigação documental por consulta e destinam-se a fornecer uma breve panorâmica das principais questões e da opinião dos especialistas sobre questões relacionadas com a inclusão da deficiência. Quando se referirem a provas documentadas, as equipas dos serviços de apoio procurarão compreender as metodologias utilizadas para gerar provas e resumi-las-ão nos resultados dos serviços de apoio, registando quaisquer preocupações com a solidez das provas apresentadas. Para alguns serviços dos serviços de apoio, em especial os pedidos de conhecimentos práticos, a ênfase será colocada muito menos na validade académica das provas e mais na validade da experiência em primeira mão das pessoas com deficiência e dos profissionais que executam e acompanham os programas no terreno. Todas as fontes devem ser claramente referenciadas.

Os serviços de assistência são prestados por um consórcio de organizações líderes e indivíduos especialistas em deficiência, incluindo Social Development Direct, Sightsavers, ADD International, Light for the World, Humanity & Inclusion, BRAC, BBC Media Action, Sense e o Institute of Development Studies (IDS). Poderão ser solicitados conselhos especializados a este grupo, bem como à comunidade académica e profissional em geral, e agradece-se a todos os que puderem dar o seu contributo num curto espaço de tempo. As opiniões ou os pontos de vista expressos não refletem necessariamente os do FCDO, do Serviço de Apoio à Inclusão da Deficiência ou de qualquer uma das organizações/especialistas que contribuíram para o estudo.

Para qualquer pedido de informação adicional, contacte enquiries@disabilityinclusion.org.uk

Citação sugerida:

Chadwick, K. e Vlahakis, V. (2023) *Safe and ethical data collection on disability in GBV Programming*, Relatório de investigação dos serviços de apoio para a inclusão da deficiência n.º 102. Londres, Reino Unido: Serviço de apoio para a inclusão da deficiência.